

Mulheres, educação e religião: as interfaces do poder numa perspectiva histórica

*Jane Soares de Almeida**

RESUMO

Este artigo procura analisar as relações entre gênero, educação e religião e sua convergência com as expectativas sociais quanto ao sexo feminino. A religião representa o ponto nevrálgico para onde convergem as relações de poder estabelecidas no nível simbólico e no imaginário, por aglutinar a essencialidade da existência humana. A educação perpetua, de forma simbólica, as diferenciações de gênero, ao alocar no espaço escolar as expectativas quanto ao desempenho de papéis sexuais. Dessa forma, as relações de gênero e o poder real e simbólico edificam-se historicamente no conservadorismo e em limites estreitos, gerando a perpetuação das desigualdades entre os sexos.

Palavras-chave: gênero; educação; religião; poder; desigualdade; feminismo.

Women, education and religion: the interfaces of power in a historical perspective

ABSTRACT

This article aims at analyzing the relations between gender, education and religion and their convergence with the social expectations

* É professora titular e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP de Araraquara, pesquisadora do CNPq e especialista do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

regarding the female sex. Religion represents the convergence point for the power relations established in the symbolic and imaginary levels, due to agglutinating the essentiality of the human existence. Education symbolically perpetuates gender differentiations when placing at the school space the expectations regarding the performance of sexual roles. Thus, gender relations and the real and symbolic powers are historically built in conservatism and narrow limits, generating the perpetuation of inequalities between sexes.

Keywords: gender; education; religion; power; inequality; feminism.

Mujeres, educación y religión: las interfaces del poder en una perspectiva histórica

RESUMEN

Este artículo busca analizar las relaciones entre género, educación y religión y la convergencia entre estos con las expectativas sociales en relación al sexo femenino. La religión representa el punto esencial para donde convergen las relaciones de poder que son establecidas en el nivel simbólico y en el imaginario, por aglutinar la esencia de la existencia humana. La educación perpetúa, de forma simbólica, las diferenciaciones de género al ubicar en el espacio escolar las expectativas en relación al desempeño de papeles sexuales. De esta manera, las relaciones de género y el poder real y simbólico se edifican históricamente en el conservadorismo y en límites estrechos, generando la perpetuación de las desigualdades entre los sexos.

Palabras clave: género; educación; religión; poder; desigualdad; feminismo.

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, as relações simbolicamente construídas entre os sexos

foram abaladas em suas estruturas pela emergência de um lado social feminino que rejeitava as noções solidificadas dos conceitos de superioridade e inferioridade. Atualmente as mulheres se introduzem nos sistemas simbólicos masculinos em um momento em que estes estão se mostrando extremamente destrutivos em relação à existência humana, ensejando uma maior visibilidade de sua atuação para além do domínio privado. A construção de uma nova ordem simbólica e social não mais centrada sobre o poder masculino, mas dividida entre a responsabilidade de homens e mulheres na preservação da vida e da civilização, em um sistema não mais promotor de desigualdades e no qual se considera a diferença, tornou-se um novo emblema no final do século XX e que se solidificou no século XXI com a entrada das mulheres no mundo do trabalho e em cargos de liderança em número cada vez maior, assim como seu ingresso maciço nas escolas e nos movimentos sociais.

Em um mundo que passou a reconhecer a existência da diversidade e das diferenças, a globalização, fenômeno emblemático dos anos finais do século XX, manteve a exclusão em todos os níveis, mesmo no início do século XXI. No entanto, a intenção de se construir uma nova ordem social que incluía uma relação cooperativa e solidária entre os sexos, classes sociais e etnias tem sido contemplada nas agendas políticas, embora não com a amplitude que seria desejável. Tal intencionalidade reflete-se na necessidade de democratizar as relações familiares, combater a violência doméstica e no mundo do trabalho, rejeitar atitudes e propagandas discriminatórias e abusivas e incluir as mulheres no acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento como atores sociais com inserção individual e coletiva. Ao se adotar o princípio derivado da crítica feminista representado pela igualdade na diferença, parte-se para uma desconstrução da ordem universal de poder, alinhando homens e mulheres em iguais patamares sociais, políticos e econômicos.

No entanto, no Brasil, assim como nos demais países, notadamente latino-americanos, existem paradoxos estruturais na esfera socioeconômica e

nas relações simbólicas entre os sexos. Nesses paradoxos, eivados de contradições, as diferenças físicas e psíquicas entre homens e mulheres são utilizadas como fator de desigualdade e discriminação, edificando-se um processo social no qual o sexo feminino padece em uma situação de inferioridade, apesar das muitas e recentes conquistas. Quando as mulheres deixam de ser vistas como sujeitos históricos e produtivos, significa que a sociedade alija das esferas de poder aproximadamente metade de seus membros. Aliando-se a esses fatores a violência e a pobreza, mais os problemas étnicos e de classe social, é possível o desenho de um quadro geral propício para a manutenção do subdesenvolvimento, explicitado pela desigualdade como principal fator gerador.

Na sociedade assim edificada, mulheres de classes mais favorecidas e aquelas oriundas de meios sociais que necessitam lutar pela sobrevivência transitam em uma muralha inconsútil de sobreposições discriminatórias concretas e simbólicas, nas quais apenas uma forte postura combativa e capacidade de resiliência permite a superação das condições desfavoráveis ao seu crescimento pessoal e profissional. A resiliência, como capacidade de recuperação perante as adversidades, significaria a partida, do ponto de vista simbólico, para se alcançar metas de desenvolvimento, considerando-se que os direitos sociais femininos, na sociedade ocidental que se desenhou no século XX, foram conquistadas; conquistas que ainda não se estenderam por igual em todas as nações mundiais, principalmente no mundo oriental e nos países fortemente marcados pelo estigma da miséria absoluta.

Os direitos das mulheres passaram a ser reconhecidos principalmente por força de uma luta que ocorreu em princípios do século XX, quando estas saíram ao espaço público reivindicando mais igualdade durante os movimentos de protestos contra uma hierarquia social injusta. Esse movimento inicial refluiu com o advento das duas grandes guerras, por conta da situação de conflito, e o sexo feminino só voltou a se manifestar na segunda metade desse mesmo século, mais precisamente nos anos finais da década de 1960, com o feminis-

mo, movimento que se fortaleceria junto à bandeira de lutas das diversas minorias.

As lutas feministas por igualdade

No século XIX e nas décadas iniciais do século XX, o modelo feminino defendido por todos os setores sociais que consideravam a mulher apenas por sua capacidade reprodutiva era representado pela mulher-mãe, assexuada, porém fértil, que deveria dar à nação os futuros cidadãos necessários para seu desenvolvimento, o que lhe permitiria crescer e alicerçar-se entre as grandes nações do mundo. O arquétipo da Virgem da religião católica era o emblema adotado e exigia das mulheres comportamentos tipificados de moralidade, doçura, pureza, meiguice, bondade, desprendimento, espírito de sacrifício, enfim as qualidades da futura esposa e mãe, a companheira do homem. O movimento feminista foi o marco que redefiniu as relações de poder entre os sexos.

Nesse período, a constatação da capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico, o conseqüente ganho de autonomia, mais as necessidades de sobrevivência ditadas pelas circunstâncias econômicas, iniciaram uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca do sexo que até então estivera confinado no resguardo da domesticidade e no cumprimento das funções reprodutivas. Essas idéias atravessaram as fronteiras por intermédio da imprensa, rádio, cinema e televisão influenciando as mentalidades e ocasionando mudanças nas relações entre os sexos. Se nos anos iniciais do século XX as reivindicações femininas se ancoravam no acesso à educação igual à dos homens e no direito ao voto, os anos 1960/70 questionariam principalmente a submissão e a dependência e, na esteira das reivindicações, estava o direito de escolha: do parceiro, da profissão, de ter ou não filhos, de casar-se ou não, de ter filhos sem ser casada, enfim, do reconhecimento das mulheres como atores sociais autônomos passíveis de realizarem vidas em separado, sem a proteção masculina.

A possibilidade de exercer a sexualidade sem o ônus da gravidez indesejada, conquista na esfera comportamental propiciada pela descoberta da pílula anticoncepcional, permitiu que mulheres es-

condidas no medo do próprio corpo passassem a se descobrir como pessoas, o que foi uma das grandes aberturas no padrão da moralidade do século XX. O maior acesso ao mundo do trabalho e o divórcio, rompendo com o comum e corrente *até que a morte os separe*, mostraram às mulheres que o mundo pertencia aos dois sexos e que tinham direito de desfrutar uma vida plena sem as amarras impostas por papéis sexuais diferenciados.

O movimento feminista pode ainda ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século, que foi a modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. Em poucas décadas o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão da mulher ao homem. Em termos históricos, o feminismo é um fenômeno recente e não influenciou indistintamente as diversas etnias, culturas, religiões e classes sociais, podendo ser estudado como um movimento sociopolítico que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres.

O feminismo foi um movimento nascido na França na primeira metade do século XIX, possuidor de caráter reivindicatório social e político, que aos poucos foi ganhando maior visibilidade nos demais países ocidentais, tendo como bandeira de luta o direito do voto para as mulheres. Mesmo com as inevitáveis pressões dos segmentos masculinos e até mesmo femininos, desde o raiar do século XX as lutas feministas passaram a fazer parte do cenário mundial. O movimento passou a ter abrangência e perturbar os conservadores da época, tanto que em 1904 se criou, nos Estados Unidos e Inglaterra, uma organização internacional denominada *The International Woman Suffrage Alliance* que se opunha aos comitês contra o sufrágio feminino que se haviam formado nos dois países, tomando inclusive posições internacionais em uma época de extremo nacionalismo (Andrée, 1979).

A crítica feminista que acompanhou a emergência do movimento nos Estados Unidos e na Europa,

mesmo defendendo a igualdade de direitos, considerava as diferenças entre homens e mulheres do ponto de vista biológico, acatando a dicotomia existente entre o espaço público e o privado. Isso significava também aceitar a domesticidade e a subordinação feminina ao modelo masculino, além de atrelar a essas diferenças naturais uma idéia de inferioridade das mulheres em razão de maior fragilidade física e intelectual, apesar de uma inegável superioridade do ponto de vista moral. Essa teoria ancorava-se na definição de um sujeito coletivo portador de interesses e necessidades próprios, que surgia em face da maior presença das mulheres no cenário político e a posição que ocupavam na sociedade patriarcal. Mesmo na defesa dos direitos femininos, não se deixava de considerar o matrimônio como destino inato das mulheres e a maternidade como sua suprema aspiração. Portanto, o ideário que direcionou o pensamento feminista e se estendeu ao longo da primeira metade do século XX considerava as diferenças fisiológicas e emocionais entre os sexos, rejeitava a crença na inferioridade intelectual feminina e na sua capacidade para exercer uma profissão, reivindicando seu direito de inserção no espaço público, o que seria conseguido por meio de uma educação não discriminatória para o sexo feminino. Porém, acatava também a domesticidade e a maternidade como aspirações inatas das mulheres, assim como sua maior tendência ao sacrifício, ao amor e à renúncia, além dos atributos de meiguice, obediência e bondade.

No fim da década de 1960 e, mais acentuadamente nos anos de 1970, o movimento feminista, que havia passado por um período de estagnação nos vários países do mundo ocidental, ressurgiu com força na Europa e nos Estados Unidos. Emergiu nesse período uma consciência feminista que, na luta por igualdade e maiores direitos, rejeitava as diferenças naturais entre os sexos, reivindicando para as mulheres um lugar no mundo até então reservado apenas aos homens, disseminando um pensamento ideológico ancorado na equalização de oportunidades.

A ideologia do sexo masculino como opressor, a liberdade sexual obtida por meio de métodos contraceptivos mais eficazes, um maior acesso à escolarização e ao mercado do trabalho revelaram para as mulheres um mundo ainda voltado e prepa-

rado essencialmente para o modelo social masculino, em que seus representantes conseguiam os melhores postos e salários. Para as mulheres, a situação de inferioridade em que viviam no espaço privado estendeu-se ao espaço público, tendo como agravante as dificuldades oriundas do meio familiar representadas pela dupla jornada de trabalho e o cuidado com a família. Esculpia-se, assim, uma ambigüidade em relação ao sexo feminino: se, por um lado, existia o desejo de serem esposas e mães, por outro lado o anseio de fazer parte da população economicamente ativa significava deixar o primeiro espaço ao abandono. As feministas passaram a questionar as desigualdades de fundo biológico e deslocaram o eixo das diferenciações para o aspecto cultural, demonstrando que era possível uma separação entre as funções públicas e privadas, ou seja, o trabalho no lar e a maternidade não inabilitavam as mulheres para seguirem carreiras e profissões. Afirmavam que as mulheres poderiam desempenhar os mesmos ofícios que os homens e, portanto, deveriam possuir os mesmos direitos sociais e políticos, pois o espaço público e a realização profissional eram também aspirações femininas e suas capacidades não se esgotavam no lar. Havia também nos postulados feministas um desejo de liberdade representado principalmente pelo direito de exercer a sexualidade sem as barreiras impostas pelo preconceito.

Ao se desejarem iguais aos homens em todos os sentidos, as mulheres puderam perceber que, do ponto de vista do mundo do trabalho, continuava a exploração baseada no sexo, pois recebiam salários menores do que os dos homens pelo desempenho das mesmas funções, o que nos dias atuais, apesar de algumas conquistas, ainda é uma realidade. Os homens não acompanharam as mudanças no novo perfil feminino que o movimento feminista esculpiu nessa década, e as mulheres se viram sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho. Nas décadas seguintes, com maior poder de organização e adesão de mulheres mais bem preparadas intelectualmente, o movimento ensejou o surgimento de uma crítica feminista que acompanharia as mudanças refletidas nas relações sociais e entre os dois sexos. O feminismo começaria a produzir um anteparo teórico voltado para as questões de identidade e diferença e a não separação entre vida privada e

pública. Essas questões conseguiram abrir espaços na imprensa, no cinema, na literatura, nas artes e na ciência, levando inclusive ao reconhecimento dos estudos feministas na área acadêmica. Como conseqüência, paulatinamente se instaurou um tipo de comportamento sociopolítico defensor de uma cultura que rejeitava os antigos paradigmas de submissão e opressão. Ao ocupar espaço na produção científica foi possível chegar ao reconhecimento dos estudos de gênero em áreas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a Sociologia, a Demografia, a História, a Literatura, a Saúde e Sexualidade, a Psicanálise, a Ciência Política, a Economia e, mais recentemente, a Educação e Religião.

Os paradigmas de submissão

Quando as mulheres e o papel que desempenham nas relações de gênero são enfocados, é possível observar paradigmas de submissão cristalizados ao longo de séculos, assim como modelos de resistência que ultrapassam os muros da domesticidade e revelam ao espaço público as insatisfações geradas em uma estrutura social solidificada em tradições. A banalização do exercício do poder de um sexo sobre o outro assume esses paradigmas como parte da ordenação natural das relações entre os seres humanos, no qual o mais *fraco* pode ser dominado com ou sem seu consentimento. Os modelos de resistência acontecem quando, ao cruzamento de mudanças sociais, se articula uma tomada de consciência por parte daquele que é submetido, o que gera insatisfação e desejo de mudança. Esses modelos podem acontecer como manifestação coletiva ou mesmo individual.

Embora o sexo seja determinado antes do nascimento por processos biológicos naturais, as diferenças de gênero são culturalmente adquiridas e transmitidas nas estruturas sociais. A prática de imputar a homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica a existência de uma ditadura de gênero a ambos os sexos, levando, infalivelmente, à hierarquia do masculino sobre o feminino, em uma escala axiológica culturalmente edificada na qual as atividades masculinas são consideradas de primeira ordem e as femininas, de segundo escalão. A dupla desvalorização conduz a

diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder. A articulação das dimensões objetivas e subjetivas cria um tipo de pensamento que acaba por se traduzir em ações concretas e leva aos mecanismos de dominação e opressão. Existem dificuldades em se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, pois os paradigmas construídos a partir da perspectiva masculina resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, dado que as relações de gênero ancoram-se em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas e até em emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico. O princípio da igualdade na diferença representa uma considerável transformação nas representações culturais e no terreno das idéias. Edifica um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, o que também implica o estabelecimento de espaços de poder.

Outra questão a ser considerada refere-se à vitimização feminina, aporte bastante usado quando os trabalhos ainda se encontravam no estágio da denúncia. O discurso vitimizador, ao enquadrar as mulheres nos conceitos definidos socialmente, o que significa colocá-las sempre como oprimidas, esquece-se de que existem os contrapontos que se ancoram no mundo subjetivo, local de trânsito das mulheres, onde a resistência é o contraponto para a opressão.

Gênero e alteridade

A partir da metade de 1980, a categoria *gênero* passou a ter lugar de destaque no pensamento feminista. Ao se incorporar o conceito de gênero como comum aos dois sexos construiu-se uma crítica teórica na qual as diferenças são consideradas, porém não justificam qualquer forma de opressão do sexo masculino sobre o feminino. O conceito nasceu do debate teórico acerca do conhecimento de que a realidade é socialmente construída e de que cada ser humano tem o potencial e o direito de decidir seu destino. Com isso se permitiu alguma visibilidade a outros movimentos sociais emergentes liderados por minorias, cujo objetivo era a de-

núncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambigüidades da ordenação social.

No meio acadêmico, os estudos de gênero foram introduzidos a partir da constatação de que o feminismo e seu confronto com os mecanismos de dominação e subordinação levavam à emergência de novas categorias analíticas que não se encaixavam nos paradigmas clássicos, os quais, de acordo com algumas teóricas feministas, não conseguiam elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico. Embora, em um sentido mais restrito, o conceito de gênero refira-se aos estudos que têm a mulher, a criança, a família, a sexualidade, a maternidade, entre outros, como foco de pesquisas, em um sentido amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos. Estas estão imbricadas com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade na qual a tônica é dada pela desigualdade, seja ela de classe, gênero ou etnia. Com isso se permitiu alguma visibilidade a movimentos sociais emergentes cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambigüidades da ordenação social.

As configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as etnias, os momentos históricos etc. Formam-se, assim, redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação que adquirem forma concreta em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. A utilização do conceito teórico de gênero para analisar a tessitura social implica não considerar as diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico. Tal assertiva evidencia, da parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques na-

turalistas, que envolvem a aceitação implícita da subordinação da mulher ao homem, com base nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie. Nessa perspectiva, discute-se a dificuldade de se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, por se considerar que os paradigmas construídos do ponto de vista masculino resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos, pois as relações de gênero definem-se em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas, até mesmo nas emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico, levando, assim, ao conceito de alteridade, isto é, a relação com o outro.

Valendo-se do conceito de alteridade, a crítica feminista voltou-se para uma reinterpretação da teoria proposta por Marx, uma vez que esta considera que a opressão da mulher na sociedade capitalista e sua liberação são também resultantes, em última análise, das lutas contra o capitalismo. Tal reinterpretação deve-se à constatação de que os países socialistas se dão conta, a cada dia, de que a igualdade perante a lei e um acesso igual à educação e à profissionalização não liberam as mulheres das responsabilidades familiares. Tal situação restringe sua participação na vida pública e a possibilidade de fazer carreira. Esse ponto de vista permite reconsiderar a visão marxista da liberação pelo trabalho, o que, no caso feminino, merece uma revisão crítica radical (Rendel, 1985, p. 196).

Ao desenvolver novos paradigmas de crítica social, as feministas do início da década de 1960 até meados dos anos 1980 foram construindo alternativas explicativas que denunciavam um padrão recorrente no qual havia uma contradição analítica quando apenas se considerava o ponto de vista das mulheres brancas de classe média nos Estados Unidos e Europa ocidental. Enfatizavam que essas tendências se contrapunham àquilo contra o qual haviam lutado desde o início, alertando que havia de se atentar que a situação geográfica, o índice de desenvolvimento socioeconômico, os indicadores demográficos, a cultura e a ideologia, entre outros fatores, permitiam estabelecer diferenciações significativas entre mulheres brancas, negras, latinas, orientais,

ocidentais e indígenas. Isso se justifica dado que a posição do sexo feminino nas diferentes culturas não permite universalizar um padrão de conhecimento auto-aplicável às diversas etnias, classes sociais e posição social (Aguiar, 1997, p. 71).

Atualmente os pesquisadores estabelecem diferentes análises que consideram as complexidades cada vez mais crescentes na organização social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas em relação com a alteridade são destacadas, em uma tendência do pensamento pós-moderno que incorpora o pluralismo cultural e a diversidade. Nessa linha, os estudos de gênero oferecem possibilidades investigativas que vão desde o recontar da história das mulheres sob a ótica das relações de poder que se estabelecem entre os sexos e abrangem os vários campos epistemológicos, nos quais a educação também está incluída, até o sexismo nas escolas, a co-educação, os estereótipos sexuais em sala de aula, o magistério como profissão feminina, as professoras como chefes de família, e até mesmo as relações de poder que se estabelecem entre as próprias professoras no interior da escola, assim como entre alunos dos dois sexos e a educação e destinação social diferenciada para meninos e meninas e os relacionamentos familiares.

Gênero e educação

O gênero e suas derivações podem ser amplamente discutidos nas análises sobre o processo educacional e nas relações escolares, entre professores e professoras e alunos e alunas, dirigentes do ensino e os que atuam em sala de aula, na educação diferenciada para meninos e meninas apesar das classes mistas, nos estereótipos sexuais derivados da cultura e que alcançam o nível escolar. Esse é também um campo propício para articular gênero e etnia, e gênero e classe social. No primeiro caso, por hoje existem professoras negras atuando na rede escolar, sinônimo da ascensão social e diversidade racial característica de países em desenvolvimento, não esquecendo o contingente de alunos pertencentes a essa etnia, o que apresenta um rico potencial de pesquisa na área da antropologia, da sociologia e da educação. No segundo caso, pelo fato de as escolas públicas, de um modo geral, re-

ceberem um maior contingente das classes populares, onde os mecanismos de exploração se apresentam com clareza na macroestrutura das relações capitalistas e na microestrutura das relações cotidianas, permeadas pelo simbólico e pelo imaginário nas representações de classe, etnia e desempenho de papéis sexuais.

O paradigma explicativo do sujeito universal, único, padronizado e assexuado, isento das particularidades de sexo, etnia, idade, cultura, comumente adotado nas pesquisas educacionais deixa lacunas explicativas na área, dado que a concepção masculina da educação, vivenciada na prática por atores femininos, ocasiona contradições e distorções no processo de análise. Isso reflete na construção de um discurso desqualificador e vitimizador sobre os motivos das escolhas profissionais, as razões de as moças se dirigirem para o magistério, as causas da permanência, a vocação, o gostar de crianças, a professora vista como tia, os cursos de formação ainda repassados do ideal positivista de preparo para o cuidado com crianças, embutindo assim a imagética do casamento e da maternidade. Sua antítese, a heroização, mais comumente encontrada nas análises sociológicas em que se procura resgatar a vida de mulheres célebres, ainda não apresenta consistência no campo da educação, talvez pelo anonimato das professoras que até poucas décadas atrás estavam ausentes dos registros históricos, até mesmo das publicações dirigidas ao professorado como categoria profissional. Porém, a heroização aparece nos relatos nos quais se louvam a abnegação e a missão vocacionada do desempenho profissional do magistério.

Hoje, o campo de trabalho representado pela área da Educação encontra-se ocupado majoritariamente por mulheres, seja nas instâncias decisórias oficiais, seja na esfera administrativa e nas escolas e salas de aula, o que se verifica em especial na educação básica. O mesmo acontece na educação superior, tanto na frequência dos cursos de Pedagogia por moças, como no maior número de docentes mulheres, inclusive no campo da pesquisa educacional. Esse é um fenômeno de âmbito mundial, cuja tendência é acentuar-se cada vez mais.

Acompanhando essa ocupação substantiva do terreno educacional pela parcela feminina, emerge

um discurso em relação à profissão de professora que termina por contaminar o imaginário social e justificar os baixos salários, pois, ao aplicar à esfera profissional a mesma herança positivista do século XIX, desqualifica as mulheres do ponto de vista intelectual. Nessa visão, o trabalho da professora só é digno por conta dos atributos de maternidade e de espírito de sacrifício, apelando-se para uma idéia de doação que se contrapõe ao verdadeiro sentido de profissão. Isso tem sido objeto de variadas denúncias nos últimos anos. Porém, as denúncias trazem em seu bojo um retorno negativo, pois ao se enfatizar o profissionalismo, rejeitam-se os valores que contam no exercício de qualquer ofício: o gostar do que se faz. Aliando-se à insatisfação com os baixos salários, essa imagética leva ao desânimo, ao cansaço e ao trabalho exercido sem esperança, um processo que temos visto alicerçar-se cada vez mais entre as professoras, o que, paradoxalmente, também atinge os professores, fechando-se assim um círculo nocivo que atinge a escola e os alunos.

A religião e o poder simbólico

A inclusão da categoria religião, como parte da cultura, para analisar as relações entre os sexos e o papel das mulheres no edifício social revela outro aporte teórico para as possibilidades investigativas. A religião representa o ponto nevrálgico para onde convergem as relações de poder estabelecidas no nível simbólico e no imaginário, por aglutinar a essencialidade da existência humana. A crença no mundo sobrenatural, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão sempre normatizaram o comportamento social, com maior ênfase no sexo feminino.

No Brasil a Igreja Católica sempre exerceu forte influência nesse campo, ditando regras sociais, morais e de comportamento religioso pela via do ensino. Ao centralizar sua atenção nas elites, deixava o povo às margens das instituições, afastado da escola, unindo-se pelo concubinato sem regularizar sua união, batizar os filhos e enterrar os mortos, ausente das bênçãos dos clérigos e da sacralização dos costumes. Estes eram definidos pela instituição religiosa incumbida de perpetuar a tradição luso-

cristã, na qual normas consideradas desviantes e hábitos em desacordo com a moral eram severamente punidos por meio do conceito de pecado, com a ameaça da excomunhão e do inferno. O adestramento dos corpos por meio da pressão da Igreja Católica tinha como alvo principal a sexualidade feminina que, ao ultrapassar o permitido, ameaçaria o equilíbrio da família e do grupo social. Por carregar a nódoa do pecado original, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre-arbítrio. O casamento e a maternidade eram a salvação feminina; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes ou nas instituições públicas. A menina tornava-se esposa e mãe honrada, primeiramente criada na casa dos pais com um destino profetizado, depois casada na igreja, vestida de branco para demonstrar a virgindade. Na visão da sociedade misógina, a maternidade era o ápice na vida de toda mulher. Doravante ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o menino Jesus, que teria como missão ser o salvador do mundo.

A religiosidade, pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, revestia-se de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador. Por ser herdeira da tradição e estar ancorada no sagrado, a ideologia religiosa atuava como normatizadora da consciência e estabelecia conexões com vários aspectos da prática social, como a vida cotidiana, a fé, a economia, a política, a festa, os rituais, a educação e as relações entre os sexos, esculpindo assim as interfaces do pluralismo cultural na convivência entre os seres humanos. Nesse universo, e ordenadas simbolicamente, conviviam as questões ligadas à subjetividade, à identidade, ao sonho, à magia, às crenças e às representações. As simbologias referentes ao sexo feminino emergiam como categorizações distintas do mundo masculino, sendo vistas como portadoras de diferenças relacionais.

O olhar dominante, no exercício das relações de poder, também é passível de atribuir defeitos e qua-

lidades nas suas relações de alteridade e, dependendo da expectativa que se tem da conduta considerada *certa* ou *desviante*, reprime e castiga com a mesma intensidade com a qual cria um esquema de simbologias acerca dessa alteridade. A religião, seja qual for a origem, sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos. O catolicismo, ao impor às mulheres a imagem da Virgem e Mãe, arquétipos sem dúvida dicotômicos; o protestantismo, com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo, infligindo ao sexo feminino as mais pungentes humilhações e cerceamento de liberdade individual. Mesmo as religiões mais primitivas de origem afro ou hindu têm contribuído para imposições de origem cultural e religiosa. Nesse sentido, a ideologia religiosa pode tanto deformar a realidade como solidificar as idéias que são veiculadas pela cultura, o que gera diferentes comportamentos humanos que estão ligados ao clima, às etnias, à geografia, ao desenvolvimento da economia e da política, alicerçando na sociedade um sistema de crenças e de comportamentos coletivos. Nesse sistema de crenças, a fé no mundo sobrenatural ocupa um lugar determinante nas manifestações culturais, modelando o imaginário e instaurando comportamentos ditados pela ideologia.

No caso brasileiro existe uma miscigenação religiosa que incorpora à sacralidade original da simbologia européia cristã a religião de origem africana trazida pelos escravos, a religião indígena dos naturais da terra e as crenças asiáticas. Esse sincretismo religioso traduz-se em diferentes liturgias, seja nos grandes templos católicos e evangélicos, seja nos cultos domésticos e nos de origem africana, estruturando-se um misticismo de várias faces, não necessariamente fiel a uma ou outra fé, mas permitindo sua coexistência, dada a histórica liberdade de crença garantida pela Constituição Brasileira desde o século XIX e a tolerância religiosa.

Um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente, instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente

representado pela sexualidade. Essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual “porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido” (Rago, 1987, p. 65).

Utilizando-se de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino, a ideologia cultural buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa*, *anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitarem com os homens e com eles gerar e criar filhos.

A Igreja Católica associaria a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora, principalmente a prostituída, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era o espírito e a santidade, a segunda seria carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade. A idéia de sexo para a mulher *honrada* estava intimamente ligada ao corpo assexuado. A mulher não precisaria sentir prazer no intercuro sexual e de preferência deveria manter a castidade, mesmo no casamento. A forma de preservar essa castidade seria relacionar-se sexualmente apenas para a procriação, evitando-se os excessos sexuais que causariam dano à saúde e à vida espiritual feminina. O desejo e o prazer eram reservados ao homem, o qual, segundo o discurso médico, era biologicamente voltado para a essência carnal por conta da virilidade.

A ideologia de caráter religioso vai reger a sexualidade da mulher e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e estendendo-se ao século XX. Seria veiculada na sociedade, na família e na educação. Nas escolas, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na igreja deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros; na família impedir-se-ia toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam ser severamente punidas.

Mulheres no Brasil: mães generosas, esposas santificadas

Nos anos finais do século XIX, as mulheres, de acordo com as premissas do positivismo, corrente que havia tomado corpo no País e sido assimilada pelas mentes ilustradas da época, eram vistas como seres dotados de atributos de pureza e doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da Pátria, o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Mesmo tendo introduzido um avanço em relação aos séculos anteriores, em que o mistério e as credices herdadas da Idade Média ainda influíam nessas representações, o fato é que os positivistas, ao adotarem os modelos de domesticidade e espírito de sacrifício, foram determinantes para a desclassificação social da mulher. O discurso da pureza feminina e de suas qualidades morais armava-se de ambigüidades e prestava-se admiravelmente bem para referendar o mito da inferioridade biológica. Esses princípios referendavam e preservavam os estereótipos da feminilidade de forma a justificar a exclusão da mulher dos espaços sociais.

O pensamento positivista valorizava a mulher como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Era ela também a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da Pátria. Os anos iniciais do século XX iriam ultrapassar, em parte, a teoria das diferenças biológicas proposta pelo positivismo. Porém, essas diferenças vinham ao encontro de uma idéia de sociedade que necessitava da presença feminina e serviam para referendar a ocupação do espaço público pelos homens, segregando-se as mulheres nos limites do privado e reservando a elas o cuidado com os filhos que deveriam ser depositários de seus ensinamentos morais.

Apesar de reforçar o discurso de desigualdade entre os sexos e incorporar a idéia da inferioridade feminina em alguns aspectos, o positivismo advogaria instrução igual para homens e mulheres, embora, paradoxalmente, seus seguidores houvessem se

manifestado contrários à co-educação, processo que já havia se estruturado no sistema escolar norte-americano e que havia sido objeto das reivindicações feministas nos anos iniciais do século em alguns países da Europa. A educação que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir em um risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que viesse a desempenhar uma profissão assalariada. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade.

As décadas seguintes continuaram idealizando um perfil feminino de desprendimento, bondade, beleza e meiguice, e a mulher-mãe deveria ser pura e assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos. Apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, os ideais positivistas permaneceriam, por longo tempo, impregnando a mentalidade brasileira e esculpindo uma figura de mulher plasmada nos seus ideais. Nas primeiras décadas da República, essa situação principiou a ser paulatinamente alterada quando as jovens passaram a ser instruídas em nível primário e secundário. No entanto, devido à separação dos papéis sexuais que reservavam à mulher tradicionalmente apenas a função de esposa e mãe, raras vezes as moças chegavam a cursar o ensino superior, pouco mudando a situação feminina desde o Império.

No Brasil, nos finais do século XIX, o positivismo e o higienismo haviam indicado que competia às mulheres a responsabilidade educativa das crianças, proposta defendida vigorosamente nos meios políticos, científicos, religiosos, sanitários e intelectuais. Mas essa responsabilidade nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho só seria lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza

e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como a de enfermeira ou parteira. Apesar de divergirem do clero em alguns aspectos, os positivistas desde o início foram aliados da Igreja Católica a respeito da destinação materna das mulheres. Para isso compartilhavam a idéia vigente da necessidade de mantê-las ao abrigo das injunções da vida pública e seus perigos para preservar a ordem vigente. Portanto, a educação que recebiam não poderia ultrapassar demasiadamente as fronteiras do doméstico e do socialmente aceitável. No campo da política, os mesmos positivistas que haviam defendido a superioridade moral do sexo feminino foram os que se insurgiram mais tenazmente contra o sufrágio feminino, argumentando que uma incursão ao mundo da política poderia conspurcar sua alma e a sua pureza inata. O pressuposto da inferioridade biológica das mulheres também levou o positivismo a considerar natural os homens no poder, baseando-se na diferença de ordem biológica entre os sexos, o que justificava a subordinação e opressão feminina e seu alijamento da esfera pública.

Os anos iniciais do século XX continuariam atrelados a essas concepções, não estando prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança social. As correntes ideológicas que orientaram o pensamento das elites intelectuais no período republicano reforçariam essa destinação *natural* e manifesta das mulheres, ressaltando seu valor na educação dos filhos e ancorando nesse *destino* sua necessidade de educar-se, além de lhes reservar o papel de transmissoras da moral, dos bons costumes e guardiãs da virtude e da religiosidade. Somente nisso residiria a necessidade de sua educação.

Discriminação e preconceito

A discriminação, de qualquer origem, é o pano de fundo para o exercício do poder levado às últimas conseqüências. Discriminar é negar o outro, é não reconhecer seus direitos, nem seu direito a ter direitos. A discriminação de origem sexual submete a outra metade da humanidade ao jugo do poder real e simbólico baseado em diferenças natura-

lizantes: ser homem é o modelo a ser seguido como símbolo de força e êxito, ser mulher representa a submissão, a fragilidade e a incapacidade. É principalmente assim que se solidifica o discurso ideológico da dominação de gênero.

Nessa rede de significações simbólicas, a discriminação leva ao preconceito e cria-se a *imagética da incapacidade*: mulheres são incapazes para algumas funções e, portanto, não podem desempenhar determinados cargos ou ofícios, serem responsáveis por tais projetos ou tais empreendimentos. Naturalmente, esses cargos, ofícios, projetos e empreendimentos são os mais valorizados socialmente e mais bem remunerados no mundo do trabalho, configurando-se em uma esfera fechada na qual raras vezes as mulheres conseguem entrar. Com freqüência, para alcançar esse espaço elas têm de renunciar a constituírem família, o que também não deixa de ser mais uma violência do poder social. Na *imagética da incapacidade*, as representantes do sexo feminino, independentemente de etnia, classe social, idade ou nível de escolaridade, são incorporadas em uma mesma categoria: o sexo. É no sexo, como força motriz da etnia humana, que se ancoram e edificam as relações de desigualdade.

Nesse panorama, em que as relações de poder demonstram seu maior impacto, reside o paradoxo do subdesenvolvimento: alijadas das esferas produtivas por conta da anatomia, as mulheres deixam de contribuir nos diversos campos da economia e da política por motivos que vão desde impedimentos familiares ao preconceito. Talentos são assim desperdiçados e perdidos. Sem produzir, as mulheres deixam também de ser consumidoras, o que estabelece um descompasso com as teses do capitalismo e do neoliberalismo, ocasionando um paradoxo estrutural e contribuindo para o subdesenvolvimento. O impedimento muitas vezes é disfarçado sob o manto pesado do amor e da responsabilidade doméstica: as mulheres vivem a angústia existencial de serem insubstituíveis na esfera privada, o que é referendado por outra imagética, a da doação. Doar-se é esquecer-se de si própria em busca da felicidade alheia, e a religião, a música, a literatura, o cinema, o teatro, a poesia encarregam-se disso (apesar das honrosas

exceções). Conforme canta lindamente Chico Buarque de Hollanda, "mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas..."

No entanto, existem saídas para resolver os impasses que se estabelecem nas relações entre homens e mulheres por conta das diferenças sexuais, e a principal delas é considerar a legitimidade da tese feminista da *igualdade na diferença*, o que pode ser igualmente aplicado em todas as formas de convivência humana, que hoje é francamente ditada pela diversidade cultural. A partir dessa aceitação, relações de parceria e companheirismo podem alicerçar a convivência entre os dois sexos na esfera do privado, sem necessidade do exercício do poder. No espaço público, impõe-se rejeitar com veemência a *imagética da incapacidade*, abrindo espaços para as mulheres em todos os campos so-

ciais e desconsiderando o fator sexo como impeditivo para o cumprimento das diversas funções no mundo do trabalho. Para atingir esses objetivos, a educação, mais do que qualquer produto da cultura humana, tem o grande potencial de, desde tenra idade, desenvolver entre os sexos o respeito pela diversidade de qualquer natureza.

Referências

- AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- ANDRÉE, Michel. *El feminismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890/1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RENDEL, Margarita. *Panorama mundial de la investigación y la enseñanza sobre la mujer*. Paris: Unesco, 1985.